

## SUMÁRIO



<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>1. IGUALDADE NO PENSAMENTO HUMANO E DESIGUALDADE COMO CONSTATAÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL</b> .....	27
1.1. Igualdade: importância e dificuldades.....	27
1.2. Notícia sobre relevantes contribuições ao pensamento humano.....	29
1.2.1. Platão e Aristóteles.....	29
1.2.2. Roma e o Estoicismo.....	32
1.2.3. Idade Média.....	33
1.2.4. Jusnaturalismo.....	33
1.2.5. Conclusão sobre a evolução histórica da igualdade.....	36
1.3. Igualdade e justiça distributiva.....	36
1.4. O panorama brasileiro de desigualdades.....	38
1.4.1. O contexto da América Latina.....	38
1.4.2. O sistema institucional brasileiro.....	42
1.4.3. Visão sobre a <i>res publica</i> e o Direito no Brasil.....	44
1.5. O discurso sobre iguais e desiguais no Brasil: visão crítica.....	46
1.5.1. Contradições e cidadania no Brasil.....	47
1.5.2. Classes de cidadãos e acessibilidade ao sistema jurídico.....	48
1.6. Repercussões das desigualdades na credibilidade do sistema judiciário...	50

<b>2. AIGUALDADE COMO VALOR JURÍDICO NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>53</b>
2.1. Isonomia na perspectiva do Estado Democrático de Direito.....	53
2.1.1. Igualdade como princípio, direito fundamental e garantia.....	55
2.1.1.1. Isonomia como princípio.....	56
2.1.1.2. Isonomia como direito fundamental e garantia .....	58
2.1.2. Igualdade perante a lei, igualdade na lei e igualdade no Direito ...	60
2.1.3. A igualdade e o reforço do processo democrático: a inclusão das minorias .....	62
2.1.3.1. Breve relato histórico sobre as cláusulas da igual proteção ( <i>equal protection</i> ) e do devido processo substantivo ( <i>substantive due process</i> ) no sistema norte-americano.....	65
2.1.3.2. O reforço democrático: casos de proteção das minorias .....	68
2.1.3.3. Ações afirmativas.....	69
2.2. Neoconstitucionalismo.....	72
2.3. Direitos fundamentais na perspectiva contemporânea .....	74
2.4. Constituição e Processo Civil.....	78
2.4.1. Constitucionalização do Processo Civil.....	79
2.4.2. Conexão da igualdade com as demais garantias constitucionais.....	81
2.4.2.1. Igualdade, jurisdição e acesso à justiça .....	81
2.4.2.2. Igualdade e dignidade .....	84
2.4.2.3. Igualdade e devido processo legal .....	86
2.4.2.4. Igualdade e segurança jurídica.....	88
2.4.2.5. Igualdade, contraditório e ampla defesa .....	89
2.4.2.6. Igualdade e imparcialidade .....	91
2.4.2.7. Situações de possível confronto.....	93
<b>3. PROCESSO CIVIL: OBJETO, FUNÇÃO E ATUAÇÃO DO JUIZ À LUZ DA IGUALDADE.....</b>	<b>97</b>
3.1. Proposta de análise: a isonomia como pauta para a consideração dos institutos processuais .....	97

3.1.1. Relevância e atualidade da abordagem.....	97
3.1.2. Isonomia e diferenciações.....	98
3.1.3. <i>Locus</i> da contemplação da isonomia: direito material e/ou processual?.....	100
3.2. Visões sobre o processo civil.....	102
3.2.1. Processo como relação jurídica.....	103
3.2.2. Processo como situação jurídica e como instituição .....	106
3.2.3. Processo como procedimento em contraditório .....	108
3.3. Tutela jurisdicional: proteção estatal via processo?.....	109
3.4. Função e finalidade do processo civil.....	112
3.4.1. Visão liberal do processo.....	115
3.4.2. Finalidade publicista: concepção social.....	116
3.4.3. O embate entre privatismo e publicismo .....	118
3.4.4. Conclusão sobre o debate entre privatismo e publicismo à luz da igualdade.....	121
3.5. A igualdade e o processo brasileiro.....	123
3.5.1. O processo e o contexto brasileiro de desigualdades sociais.....	123
3.5.2. Igualdade nos processos penal e trabalhista.....	125
3.5.2.1. Igualdade no processo penal.....	126
3.5.2.2. Igualdade no processo do trabalho .....	129
3.5.3. Igualdade no processo civil brasileiro .....	133
3.5.3.1. Premissas relevantes .....	133
3.5.3.2. Técnica processual e igualdade.....	141
3.5.3.3. Uma visão atualizada sobre a imparcialidade do juiz.....	144
3.5.4. Igualdade e participação: cooperação no processo civil .....	145
3.5.4.1. Participação do juiz com novos deveres .....	147
3.5.4.2. Limitações à implementação do modelo cooperativo .....	157
3.5.4.3. Participação das partes.....	158
<b>4. VULNERABILIDADE, DIREITO E PROCESSO CIVIL .....</b>	<b>161</b>
4.1. Identificação e relevância do tema.....	161

4.2. Acepções do vocábulo .....	162
4.3. Vulnerabilidade e Direito.....	165
4.4. Vulnerabilidade e Direito brasileiro: seara material .....	166
4.4.1. Leis trabalhistas.....	167
4.4.2. Proteção à saúde .....	169
4.4.3. Leis relativas ao Direito do Consumidor .....	171
4.4.4. Estatuto da Criança e do Adolescente.....	174
4.4.5. Lei “Maria da Penha”.....	175
4.4.6. Estatuto do Idoso .....	177
4.4.7. Estatuto da Igualdade Racial.....	180
4.5. Vulnerabilidade e hipossuficiência: distinções.....	181
4.6. Vulnerabilidade processual: conceito, base e natureza .....	184
4.6.1. Noções conceituais.....	184
4.6.2. Bases e fundamento ético: humanização do processo civil.....	186
4.6.3. Necessidade de identificação de fatores objetivos.....	189
4.6.3.1. Insuficiência econômica.....	190
4.6.3.2. Óbices geográficos.....	193
4.6.3.3. Debilidades na saúde .....	195
4.6.3.4. Desinformação pessoal .....	197
4.6.3.5. Dificuldades na técnica jurídica.....	201
4.6.3.6. Incapacidade de organização: vulnerabilidade organizacional ...	208
4.7. Legitimidade do <i>discrimen</i> vulnerabilidade processual .....	218
4.7.1. Critério discriminatório .....	220
4.7.2. Justificativa racional.....	221
4.7.3. Consonância com finalidades reconhecidas na Constituição.....	221
<b>5. DIFERENCIAÇÕES NA ATUAÇÃO PROCESSUAL CIVIL E VULNERABILIDADE .....</b>	<b>225</b>
5.1. Proposta de análise .....	225

5.2. Natureza das diferenciações: prerrogativas ou privilégios?.....	226
5.3. Hipossuficiência econômica: contemplações .....	230
5.3.1. Assistência jurídica integral e gratuita.....	230
5.3.2. Edital e assistência judiciária .....	231
5.3.3. Remessa ao contador do juízo .....	232
5.3.4. Dispensa de caução na execução provisória .....	233
5.4. Nomeação de curador especial aos réus preso e citado fictamente.....	235
5.4.1. A situação do réu preso.....	237
5.4.2. Sobre o réu citado de forma ficta que não compareceu.....	239
5.5. Fazenda Pública e Ministério Público .....	240
5.6. Esposa .....	244
5.7. Idoso.....	248
5.8. Enfermo .....	252
5.9. Consumidor.....	252
5.10. Autor nas demandas coletivas .....	257
5.11. Reconhecimento ao litigante de <i>ius postulandi</i> .....	260
5.12. Reconhecimento de ofício da incompetência do foro de eleição em favor do aderente .....	265
5.13. Competência <i>ratione muneris</i> .....	268
5.14. Credor alimentar.....	270
5.15. Regime diferenciado de precatórios.....	271
5.16. Criança e adolescente .....	273
5.17. Credor na execução.....	277
5.18. Anulação da convenção de distribuição diversa do ônus da prova .....	278
5.19. Procedimentos diferenciados.....	280
<b>6. VULNERABILIDADE COMO CRITÉRIO LEGÍTIMO DE     DESEQUIPARAÇÃO NO PROCESSO CIVIL: PROPOSTA     DE APLICAÇÃO.....</b>	<b>285</b>
6.1. Relevância da abordagem.....	285

6.2. Diferenciação na competência.....	287
6.3. Análise da petição inicial .....	288
6.4. Determinação da citação.....	291
6.4.1. Modalidade citatória.....	291
6.4.2. Fixação do prazo de resposta pelo juiz.....	296
6.5. Ausência e revelia: possível superação dos efeitos da inércia .....	297
6.5.1. Apresentação extemporânea de contestação .....	299
6.5.2. Apresentação incompleta de resposta e complementação .....	303
6.6. Julgamento conforme o estado do processo.....	307
6.6.1. Tentativa de autocomposição.....	308
6.6.2. Decisão saneadora .....	313
6.7. Considerações diferenciadas sobre a prova.....	314
6.7.1. Inversão do ônus da prova nas relações de consumo.....	315
6.7.2. A distribuição dinâmica do encargo de provar .....	317
6.7.3. Expedição de ordens judiciais para a obtenção de informações relevantes.....	320
6.7.4. Prova pericial.....	322
6.8. Concessão de medidas liminares.....	324
6.8.1. Antecipação de tutela de ofício.....	324
6.8.2. Dispensa de caução e garantias em medidas cautelares .....	327
6.9. Atividade executiva.....	329
6.9.1. Atuação de curador especial.....	330
6.9.2. Dispensa de garantia para a concessão de efeito suspensivo .....	332
6.10. Sistematização da tese: alegação de justa causa.....	334
6.10.1. Configuração da justa causa.....	334
6.10.2. Lapso temporal e prova da alegação.....	340
6.10.3. Preclusão e/ou atuação de ofício?.....	343
6.10.4. Contraditório e recorribilidade .....	344

6.10.5. Constatação de falsidade da alegação inicial sobre vulnerabilidade: sanções .....	345
<b>CONCLUSÃO</b> .....	351
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	367